

TRIVIAL VARIADO

RUBEM BRAGA

Depoimento de conspirador

Não vi divulgado no Rio o depoimento prestado pelo Sr. Júlio de Mesquita Filho, diretor do *Estado de S. Paulo*, na televisão paulista. A entrevista é longa, mas vale a pena extrair alguns trechos para conhecimento do leitor.

O entrevistado diz que começou a conspirar no dia em que os três ministros militares do Sr. Jânio Quadros deixaram suas pastas; a conspiração visava impedir o Sr. João Goulart de assumir a Presidência, e continuou depois visando depô-lo.

O antigo Ato Institucional

Sabe-se que o Ato Institucional de abril teve a colaboração do Sr. Francisco Campos. É curioso saber que, antes disso, um outro Ato Institucional, mais radical, tinha tido a colaboração do Sr. Vicente Rao. Assim a Revolução, que se dedica a destruir os remanescentes do getulismo, apelou para dois velhos servidores jurídicos do Sr. Getúlio Vargas. Um o autor da Constituição do Estado Nôvo, outro autor da *Lei Rao* e Ministro da Justiça na fase de violenta reação de Direita que preparou e antecedeu o Estado Nôvo. Da primeira versão do Ato Institucional — que tinha esse mesmo título — diz o Sr. Mesquita que “coube, a mim, o fundo do documento, e a forma, aliás perfeita, ao Prof. Vicente Rao.”

Mas o Sr. Mesquita não perdoa outro instrumento direitista do Sr. Vargas, o hoje Senador Filinto Müller, de quem diz: “esta revolução foi feita para varrer do cenário político os homens do quilate dele.”

O Ato Institucional Mesquita-Rao

previa o fechamento da Câmara e do Senado. “O Poder Executivo devia ser outorgado aos três ministros militares que constituiriam uma junta, a Junta Executiva da Revolução, e, dêsse três, deveria ser todos os anos escolhido um deles para ser o Poder Executivo propriamente dito.”

Tal um Conselho do Império

Mas êsse Executivo teria freios: “um Conselho Superior, composto como um Conselho do Império, por altas personalidades, às quais caberia controlar todos os atos praticados pelo Executivo. Quer dizer, o Executivo não poderia tomar medida nenhuma, decretar coisa alguma, que não fôsse do conhecimento, do consentimento dêsse Conselho.”

O Sr. Júlio de Mesquita Filho não esclarece quantos nem quais seriam os conselheiros onipotentes. Acha que êsse regime deveria durar uns três anos, ao fim dos quais “estaria sanado o mal crônico de que sofria o País. E então aí... o próprio Executivo decretaria de nôvo a plena vigência... da Constituição de 46, e convocaria eleições tanto para deputados como para senadores e para presidente da República.”

Mais adiante: “Esta era a idéia que nós revolucionários tínhamos... Agora, sabe o sr. muito bem que não são nunca aqueles que preparam o prato que o comem...”

Castelo e Lacerda

“O Marechal Castelo Branco, ainda há pouco tempo quando eu criticava a maneira como êle vinha conduzindo, por exemplo, a política, agora benevolente, excessivamente tolerante com

os remanescentes do regime decaído, êle me dizia: — “Mas o Sr. se esquece, Dr. Júlio, que, para chegarmos a atrair um número suficiente de militares para o movimento nós tivemos que afirmar categoricamente que ao que íamos era para proteger o Congresso, que estava sendo ferido na sua dignidade pelos destemperos do Sr. João Goulart.”

O Sr. Mesquita admite que se não fôssem os excessos (do Governo) de fevereiro e março “nós teríamos ainda trabalho para seis ou oito meses, até convencer...”

A entrevista recorda a seguir horrores a que assistiu na prisão, sob a ditadura Vargas, e depois elogia o Sr. Carlos Lacerda afirmando que “quem interpreta o sentido geral do Movimento de 31 de Março é êle. Só êle.”

“Que êle fique bonzinho”

Sôbre o Governador Ademar de Barros (que o *Estado*, num pequeno primor de provincianismo, só chama de “Sr. A. de Barros”) reconhece que êle teve “um papel de importância na Revolução”. “Êle, entrando na conspiração, trouxe êstê inestimável fator para o resultado final — que era a Força Pública de São Paulo.” E mais adiante conta sua conversa com os militares sôbre o Governador: “não podemos prescindir da colaboração dêle mas também não podemos deixar de considerar o aspecto negativo da presença dêle em nosso meio. Mas como resolver isso? Pela tangente. Vamos deixar que êle fique no Governo, desde que êle fique bonzinho. Mas, no momento das futuras eleições diremos a êle: “Não, até lá você não pode ir.”

A entrevista que até aqui ocupa tôda uma página do *Estado*, ainda prossegue, mas eu acho que chega.

5.8.64